

Trabajo preparado para su presentación en el **VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**.

Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

Título do Trabalho: Planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cepalino – duas interpretações: Celso Furtado e José M. Echavarría

Área temática: Dependencia y desarrollo: nuevas perspectivas de análisis (Teoría Política)

Autores: VERA ALVES CEPÊDA (cepeda_vera@yahoo.com.br)
Docente -PPGPol Universidade Federal de São Carlos
GUSTAVO L. HENRIQUE PINTO (gulhpinto@yahoo.com.br)
Doutorando – PPGPol -Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O trabalho procura comparar o papel e entrelaçamento dos temas "planejamento, desenvolvimento e democracia" na produção intelectual de Furtado e Echavarría no período compreendido entre os anos 1950/60 (período áureo do enfrentamento do tema subdesenvolvimento). A hipótese é que na explicação do subdesenvolvimento (uma ontologia social e marco epistemológico) a relação entre economia, história e instituições políticas assumiu um arranjo inédito e tenso entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político e planejamento e democracia. A comparação entre Furtado e Echavarría apoia-se: na importante contribuição dos autores ao campo da Teoria do Desenvolvimento, sem elidir as distintas matrizes conceituais e metodológicas; na centralidade do tema da superação do subdesenvolvimento via planejamento e mudança social orientada; no papel estratégico da democracia. A filiação cepalina aproximava Furtado e Echavarría em termos de agenda temática, teoria ancorada condição periférica e tardo-capitalista) sem impedir a diferença ou complementariedade de métodos: viés da economia política em Furtado (preponderância da dimensão econômica), e o viés da cultura e do ethos e cultura na explicação dos obstáculos à modernidade em Echavarría. Nossa questão é tentar compreender as semelhanças e diferenças encontradas nas duas teses, bom como por vias distintas os autores chegam a uma defesa estratégica da democracia.

Subdesenvolvimento e desenvolvimentismo – a teoria social da Cepal

Celso Furtado e José María Echavarría são dois importantes expoentes da escola de pensamento que se forjou na tradição criada pela Cepal. São autores significativos tanto no campo teórico, na batalha política travada em torno do tema do subdesenvolvimento (enquanto uma formação histórica e política particular), quanto no resultado que as formulações sobre subdesenvolvimento e sobre a promoção “conduzida” do desenvolvimento tiveram no processo de modernização urbano industrial dos países latino americanos no período posterior ao final da II Guerra Mundial. Neste último aspecto é importante ressaltar o papel que teses, autores, escolas e, principalmente, o arsenal desenvolvimentista, tiveram na condução de políticas orientadas de transformação, planejamento e promoção do desenvolvimento nesse momento – há, em vasta produção literária, uma vertente consolidada de análises sobre o papel da *intelligentsia* e dos intelectuais direta ou indiretamente convertidos em *policy makers* e/ou em *state makers* cobrindo, principalmente, a experiência brasileira e latino-americana (DINIZ, 1978; PÉCAUT, 1990; BRANDÃO, 2007).

Para que se entenda essa configuração, muito distinta do processo de modernização de outras regiões e nações, é necessário que se compreenda o peso que o tema da “particularidade histórica” obteve nos países periférico-tardios e de extração colonial. Essa situação específica tornou-se o solo de onde brotaram as energias explicativas da situação de subdesenvolvimento e - mais relevante - a força de sustentação de um outro tipo de *desenvolvimento capitalista*: racionalizado e conduzido politicamente pelo Estado. Embora a concepção de uma trajetória de modernização sob a batuta da ação estatal não seja exclusividade da onda terceiro-mundista desse período, bastando lembrar a anterior e clássica experiência da via prussiana alemã (e do paradigma legado por List no século XIX), são diversas as causas e dinâmica do atraso entre os dois processos históricos, bem como o tipo de estruturas sociais e econômicas responsáveis pela travagem do desenvolvimento em cada caso e momento.

Os diversos percursos na expansão do capitalismo europeu foi tema abordado por Furtado em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) como linhas de expansão que levavam pelo menos três resultados distintos: a) a transferência recursos e *ratio* do desenvolvimento (da Europa para a os EUA), dando azo à ampliação do bloco capitalista desenvolvido; b) a formação de países de economia complementar, caracterizados pelo perfil primário-exportador ou enclave, que consolidaria o paradigma histórico do subdesenvolvimento, com dois subtipos - grau superior (economias capazes do *take-off* de Rostow) e grau inferior (sem condições de arranque); e c) países “a margem” do contato ou absorção no circuito da produção mundial. O esforço analítico de explicar o subdesenvolvimento implica no afastamento de um paradigma universal de modernização capitalista (uma fórmula única de Revolução Burguesa) e o avançar para as condições históricas de trajetória de cada país e posição na cadeia e momentos da expansão capitalista mundial. E partindo desta perspectiva de multiplicação das formas do desenvolvimento capitalista, mesmo a periferia do sistema vai se diferenciar em processos historicamente singulares de inserção nessa configuração¹.

A origem, o momento e a trajetória passam a ser indicadores fortes de como os sistemas econômicos e sociais da periferia. A condição colonial, a dependência metropolitana, a escravidão associada à *plantation*, o embricamento de instituições parcialmente modernas com permanências senhoriais ou produção de outras senhorialidades e patrimonialismos, promoveram uma identidade explicativa para a o conjunto das sociedades latino-americanas, diversa da periferia europeia em muitos pontos (e semelhante em outros cf. LOVE, 1998), ou da Alemanha prussiana, etc.

A história dessa trajetória ganhou foro de desvendamento identitário, de clarificação das fronteiras do nacional, associando-se ao tema da questão nacional. Queremos reforçar aqui a hipótese de que o uso de conceitos como periferia, atraso, subdesenvolvimento e desenvolvimentismo não pode elidir a moldura temporal que contém e revela o sentido e o significado onde se forja o fenômeno em análise. Os autores cepalinos das décadas de 1950/1960 trabalharam com a percepção de atraso legado da trajetória colonial, diversa de outras formas de atraso (como o *círculo de ferro da pobreza* – cf. GALBRAITH, 1979). Tiveram, por outro lado, que balancear essa especificidade com um contraponto explicativo mais abrangente, tensionando a análise entre a situação particular e uma explicação de alcance e legitimidade universal.

Ainda em outra ponta da constelação que agrega a tradição cepalina², a tese do subdesenvolvimento foi acompanhada de seu *alter* - a expectativa de sua superação do atraso. Tem assim, desde seu início um vínculo com a *praxis*, um destino social que a empurra dos mais variados campos e pressupostos analíticos (economia, história, sociologia, cultura) para o ferramental e o campo da política.

A interrogação histórica do subdesenvolvimento – bases materiais e formação social

Os países latino-americanos, incorporados à divisão internacional do trabalho na condição colonial, pelo primado da vocação primário-exportadora e fragilizado pelos mecanismos de deterioração dos termos de intercâmbio, ao encontrarem a brecha

1 Cf. BARRINGTON MOORE (1975); TILLY (1996); LOVE (1998).

2 É mister apontar que a Cepal, como outras instituições duradouras, passa por fases, agendas e projetos distintos, oriundos de seu ajuste ao momento histórico e suas exigências (cf. BIELSCHOWSKY, 2000).

histórica de independência e autonomia nacional depararam com um complexo econômico, político e social sem paralelo com a experiência original europeia. Processos de produção, circulação, acumulação e inovação obedeciam ali à uma lógica diversa das economias centrais; a arquitetura urbana e seu padrão rural/urbano, na presença das classes sociais, no tipo de organização e remuneração do trabalho e no arranjo dos segmentos produtivos idem; papel do Estado, das elites dirigentes, das instituições públicas, dos direitos e da cultura política também. A orla da periferia formada pelas ex-colônias da expansão mercantil europeia estabeleceram um novo corte geográfico de natureza socioeconômica e política na primeira metade do século XX que avançava na dicotomia tradição feudal *versus* modernidade burguesa, ou na diversidade ocidente *versus* oriente, ou ainda pré-capitalista *versus* capitalismo (cf. MYRDAL 1972 [1956], HOBSEBAWM 2005 [1994]) para uma inédita crítica interna, intrínseca ao próprio capitalismo. A teoria do subdesenvolvimento, desenhada lentamente na obra de diversos autores - Roberto Simonsen, Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Echavarría, Gino Germani, Florestan Fernandes (entre outros) – independentemente de suas nuances explicativas próprias, coincide no mesmo eixo: o subdesenvolvimento é “uma outra forma, assimétrica, espoliada, contraditória do capitalismo”. Não é assim, puro pré-capitalismo (muito embora a tese do dual-estruturalismo trabalhe com a função e a dinâmica dos setores e regiões pré-capitalistas como distúrbio, subproduto ou mesmo reserva estratégica da acumulação capitalista na periferia), mas uma *modernidade deformada* – propositadamente, funcionalmente deformada. Portanto, uma outra forma de ser moderno, engendrada no processo de assimilação da periferia colonial ao sistema capitalista desde o mercantilismo e reposicionada em cada salto das Revoluções Industriais dos séculos XVII e XIX.

Uma das consequências do legado na colonização, foi a conformação das instituições sociais das colônias segundo as necessidades e imperativos metropolitanos. A sociedade que se desenhou na América Latina é tributária dos desejos/interesses de Portugal ou Espanha, legatária da sobreposição forçada de racionalidade, valores e processos produtivos gerando uma civilização híbrida em sua modernização, por não permitir a emergência do *ethos* burguês (individualismo, trabalho assalariado livre, acumulação e inovação competitiva, controle político – legal e democrático), mas ao mesmo tempo ser fonte de violenta produção e acumulação de capital. Embora sem uma clareza consciente em sua laboração, a indagação sobre a identidade nacional, o tema da formação histórica e a questão do atraso (tão significativos e reiterados na agenda das *intelligentsias* latino-americanas entre o final do século XIX e primeira metade do século XX) dirigiram o debate para o campo da interpretação histórica, para a trajetória específica que daria o sentido explicativo da condição de periferia, como base para a consequente explicitação da formação nacional.

Este é um primeiro ponto que caracteriza não apenas a tradição do pensamento cepalino, mas todo o complexo ideológico do nacional-desenvolvimentismo. Esta grande constelação ideacional, esta síntese ideológica conforme os termos mannheimianos³, dobra-se em dois movimentos teóricos imbricados: a explicação da produção histórica do atraso (teoria do subdesenvolvimento) e mecanismos de sua superação (estratégias do desenvolvimento ou desenvolvimentismo): a *Teoria do Subdesenvolvimento* tem como eixo o exame da formação da sociedade brasileira pautado pelo método histórico-estruturalista, debruçando-se sobre a herança colonial, o

3 Cf. Mannheim em *Ideologia e Utopia* (1968).

passado que construiu as bases do atraso e o teto limitador do desenvolvimento nacional – é um diagnóstico; a *Teoria do Desenvolvimento* interroga as limitações estruturais do subdesenvolvimento em situação de brecha histórica (arranque) procurando arquitetar as estratégias de sua superação sob a condição *sui generis* do subdesenvolvimento – é um prognóstico. Grosso modo, tanto em Furtado como na tradição cepalina estas duas concepções foram articuladas em conjunto, mas seu foco analítico e sua função (ou destino) intelectual e político é distinto.

A capacidade de intervenção do Estado sobre a economia reposicionou, desde o período entre as Guerras Mundiais, a necessidade de regulação política do desenvolvimento econômico (GALBRAITH 1985 [1967], BIELSCHOWSKY 2004 [1988]). A crise de 1929 desestimulou a força do pensamento econômico liberal, abrindo lugar às políticas keynesianas que ganharam espaço nas instituições públicas. Sistematizar políticas que possibilitassem prever mudanças dinâmicas, em longo prazo, tornou-se um pressuposto fundamental para as classes dirigentes. A elaboração teórica sobre o desenvolvimento foi uma realidade de países centrais e também das economias pobres da periferia. O Brasil, assim como outros países da América Latina, vivenciaram experiências cuja ideologia nacional-desenvolvimentista foi aliada a governos populistas de modernização conservadora, tratando-se de sociedades tradicionais, de poder político em sua maioria oligárquico, mas que ao menos alguns setores urbano-industriais se diferenciaram do conjunto da sociedade (CARDOSO & FALETTO 1977 [1970], FERNANDES 2006 [1975]). Países subdesenvolvidos primário-exportadores, mas que em algum momento do processo histórico expandiram o desenvolvimento na forma da industrialização, inaugurando na década de 1950 a fase de substituição de importações nestes países (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]).

A década de 1950 foi marcada pela investigação sobre o desenvolvimento, não apenas com pesquisas científicas em toda a América Latina, mas também com a realização de diagnósticos por parte dos intelectuais, e, principalmente, o debate sobre o planejamento. As possibilidades de elaboração de projetos (com as devidas contendas sobre os limites e as dificuldades em se realizar um projeto de caráter nacional) e a capacidade e direção da intervenção do Estado, foram elementos que acabaram por firmar diferentes posições sobre as formas, indicadores e estratégias do planejamento. A Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, criada em 1948 como órgão regional das Nações Unidas – ONU, constituiu um significativo espaço intelectual de realização de uma teoria do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Entre os diversos intelectuais cepalinos presentes nas duas primeiras décadas de funcionamento da instituição, dois em especial são selecionados para uma análise comparativa, o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004) e o sociólogo espanhol José Medina Echavarría (1903-1977).

Tomamos como recorte no tratamento dos autores a perspectiva de verticalizar e comparar a produção intelectual de cada um, orientada no binômio: explicação do subdesenvolvimento (formação histórica e legado) e proposta de desenvolvimento (ponte entre presente e futuro, em situação de mudança estrutural possível⁴). Nossa questão é tentar compreender: a) as semelhanças e diferenças encontradas nas teses de Furtado e Echavarría sobre o desvendamento da *ratio* produtora do subdesenvolvimento – com destaque para a diversidade de método e elementos causais (base material/econômica central em Furtado e a sociologia do subdesenvolvimento em

4 A questão da *brecha histórica* será analisada mais a frente neste artigo.

Echavarría); b) compreender como observando o subdesenvolvimento de maneira e ângulo distinto os dois autores chegaram ao tema das instituições políticas e da democracia e qual o significado dessa convergência. Seria a obra de ambos, então, complementar, configurando as faces do subdesenvolvimento como um mosaico de estruturas produtivas e condições culturais? O peso e importância da dimensão política apareceriam, em cada uma das obras e por caminho diverso, uma arena estratégica e fundamental no esforço de construção do desenvolvimento em situação tardia e subdesenvolvida?

Como a produção total dos dois autores revela trajetória diversa⁵ e é bastante extensa, selecionamos como base deste artigo alguns trabalhos situados entre o final dos anos de 1950 e final dos anos de 1960. De Celso Furtado são utilizados *Formação Econômica do Brasil* (1959), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) – obras da primeira fase de sua produção⁶. Da obra de José María Echavarría são utilizados *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina* (1964), *Filosofía, educación y desarrollo* (1967) e *Discurso sobre política y planeación* (1972)⁷.

Subdesenvolvimento e desenvolvimentismo – duas situações e dois *approaches* teóricos

Celso Furtado é autor bastante estudado e sua obra permitiu tantas dissecações, quase ao ponto de imaginarmos que o manancial de análises foi praticamente esgotado. Curiosamente como as próprias interpretações e o legado das grandes correntes teóricas modificam-se ao sabor de cada tempo, há um constante processo de reciclagem e novas utilizações a disposição da investigação acadêmica. Fazemos esta afirmação como ponto de partida para uma tentativa de rotacionar alguns aspectos mais aceitos ou difundidos da análise do pensamento furtadiano. Nomeadamente nosso recorte recai nos temas do subdesenvolvimento e desenvolvimentismo tentando desvendar algumas nuances pouco (ou menos) conhecidas. Estes dois elementos-chave são também aqueles que iluminam o nexo entre o argumento econômico e a dimensão política, o aspecto de teoria ontológica e projeto político, bem como é o marco por nós estabelecido para a comparação com a obra de Echavarría.

Começamos com a hipótese de que há pelo menos duas injunções (i) e dois momentos sobre a natureza da teoria do subdesenvolvimento (ii) de Furtado que merecem ser separadas para efeito de uma análise vertical do argumento. As injunções (i), já apresentadas neste artigo, são sobre a indistinção muitas vezes feitas entre

5. Furtado era economista de formação, principal pensador brasileiro do estruturalismo cepalino, ingressou na Cepal em seu período inicial e foi simultaneamente um teórico do desenvolvimento assim como um *policy makers* (ministro de Estado, idealizador da SUDENE e autor do Plano de Metas). Echavarría foi professor de Filosofia do Direito na Espanha (década de 1930), aproximando-se da sociologia nos anos de 1940 e ingressando na Cepal em 1952 com a delicada e complexa tarefa de ser um “censor crítico” de toda laboração intelectual ali produzida. Em 1957 tornou-se o primeiro diretor da Escuela de Sociología da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), e em 1963 diretor da División de Planificación Social do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES).

6. Sobre a descrição de fases ou momentos da obra de Furtado conferir MALLORQUIM (2005), CEPEDA (1998), VIEIRA (2007).

7. Sobre as fases da obra de Echavarría conferir GURRIERI (1980), MARTÍN (2012).

subdesenvolvimento e desenvolvimentismo. Os momentos (ii) versam sobre as causas do “não desenvolvimento” em duas fases muito diferentes em termos estruturais: um tipo de subdesenvolvimento atrelado à condição de herança colonial e outro viés, de fase de transição, de inicial arranque industrial. A partir desta segmentação analítica é possível entender que o lugar e a importância da política, de suas instituições e da ação democrática varia em cada momento particular.

As primeiras formulações sobre o problema do atraso/subdesenvolvimento emergem com força no debate brasileiro no início do século XX, orientadas inicialmente pela percepção de um déficit entre o padrão de desenvolvimento social, econômico e político de nacional frente ao avançado estágio das nações centrais do capitalismo genético. A busca da identidade nacional a partir do diagnóstico de nossas insuficiências começa com o tema do determinismo geográfico, do cadinho das raças, do ethos cultural distante do racionalismo instrumental, das instituições não liberais até atingir, na década de 1930, a explicação de cunho econômico com a obra de Roberto Simonsen⁸. Se a particularidade de trajetória e a forma de recepção diferenciada das instituições e valores metropolitanos impeliam o engenho intelectual para o campo de uma interpretação autóctone, assumindo a fórmula de *interpretação*, com a da centralidade do argumento econômico este sistema explicativo virou *formação* - e formação econômica. Simonsen escrevera em 1939 sua *História Econômica do Brasil*, dando ênfase aos elementos econômicos da história brasileira até o início do século XIX; Caio Prado Jr e Celso Furtado aprofundaram, nas décadas seguintes, o peso da economia como chave explicativa de toda a vida da sociedade brasileira, colonial e pós-colonial, adotando o conceito *Formação Econômica*. Este trajeto, da história econômica até a formação econômica, acentua o peso que as relações e formas de produção impõem à modelagem das estruturas sociais como um todo: não é, prioritariamente, a raça, o *ethos* ou as instituições as responsáveis pelo atraso. São as relações de assimetria econômica, o papel do sistema produtivo nacional na divisão internacional do trabalho os responsáveis por nossa forma moderna de deficiência social e política (cf. FURTADO, 1959; 1964).

Os conceitos de deterioração dos termos de intercâmbio, economia reflexa e tendência aos ciclos econômicos são perversões inerentes ao desenho mercantil-exportador. E estes, herança da nossa colonização, reproduzidos nas instituições e sociabilidade que perpetua a repetição da dinâmica cíclica primário-exportadora por falta de alternativa. Apenas muito incidentalmente a lei de ferro da vocação agrária pode ser superada por dentro e espontaneamente, como caso do ciclo do café longamente explorado por Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (FEB), *Dialética do Desenvolvimento* (DD) e *Pré-Revolução Brasileira* (PRB).

Se observarmos com cuidado o capítulo sobre a economia cafeeira é denominado, em FEB, como “economia de transição para o sistema industrial”, muito aproximado da tese de arranque de Rostow. Em DD e PRB, Furtado se refere ao mesmo período como configurando a situação de “crise”, mas com abertura para mudança – portanto, de outro tipo. O foco da análise é, em FEB, o passado até o entorno dos anos de 1930/1940; nos outros dois textos, é o presente truncado dos anos de 1950/1960. No primeiro caso, o grande problema é que a natureza do modelo é a dos ciclos econômicos e se há crise ela é sistêmica. Revela o teto de dinâmica interno ao ciclo e só pode ser

8. Cf. Simonsen em *As crises no Brasil* (1931), *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras* (1934).

superado por outro ciclo de igual natureza. Ou então retrocede, dilapidando todas as energias econômicas e sociais gestadas durante a fase produtiva do ciclo, produzindo uma reversão (como os casos da cana de açúcar e mineração descritos em FEB). A crise é assim, inevitável, previsível e funcional. Esta aninhada no processo longo e engessado da vocação primário-exportadora, estagnada em termos de possibilidades internas de salto para etapas mais sofisticadas de capitalismo, condenada a reproduzir *sine die* sua servidão às economias centrais.

Mas é esta a crise dos anos de 1950/1960? É este o cenário, de círculo de ferro do subdesenvolvimento, que Furtado trata em DD e PRB? A resposta é não. Os ciclos mercantil-exportadores pertencem à lógica de produção, de formação da estrutura do subdesenvolvimento – são o passado (que deixam legado, mas estão atrás no tempo). A crise da década de 1950 é produto de uma situação de “transição” - era a condição do presente. A situação de brecha histórica que caracteriza a crise de transição é promovida por uma conjunção de fatores que geram a possibilidade de *take-off*: a estrutura produtiva *sui generis* do café (e a geração de setores econômicos complementares: indústrias, transportes e comércio); o momento da mão de obra assalariada (e a formação de um mercado consumidor interno de baixa renda, consumidor de similares industriais locais, bem como de alimentos); a dupla crise mundial - dos preços do café (geradora da lógica de fortalecimento do Estado como ator econômico e da questão econômica como uma questão nacional⁹) e a crise das duas Guerras Mundiais, intermediada pela crise de 1929 (responsável pelo colapso das importações de produtos manufaturados pelos países periféricos). A fase de transição permite o projeto desenvolvimentista, mas a lógica funcional é de outra natureza (explicitada com agudeza por Furtado em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* – TPDE).

A diferença entre as duas situações – subdesenvolvimento e brecha de arranque – configuram dois momentos analíticos díspares, calcados em causalidades diversas e dotados de possibilidades políticas distintas.

Na formação do subdesenvolvimento o cerne da explicação é a economia primário-exportadora, com relevo para a dimensão rural, com um tipo humano e uma racionalidade de “burguesias colonial dependente”. Neste modelo, as instituições e, principalmente, o *ethos* e a cultura política são resultados ou consequência de imperativos de manutenção do sistema latifundista e monocultor, gerador de elites muito distantes da burguesia industrial ou liberal, e de indivíduos impossibilitados de atingir a dimensão da cidadania ou do mero interesse possessivo. A estrutura social gerada *pari passu* às necessidades de manutenção da vocação mercantil-exportadora impede o afloramento das condições de um salto modernizador da vida pública por determinações da ordem econômica – a política seria, assim, o corolário das estruturas econômicas.

9. “Se olharmos com cuidado o fundo dessa formulação, o que as políticas de proteção ao café fizeram resultou na elaboração de um discurso em que as necessidades sociais, a vitalidade do Estado e a condição da nação aparecem como dependentes da dimensão econômica. E mais, ao precisarem das políticas públicas para a resolução dos nós górdios na estrita dimensão econômica, também tornaram a economia dependente do Estado. A percepção de mútua articulação entre as dimensões econômica, social e política, sobrepõe-se, ainda, uma visão integradora de sistema nacional – muito próximo de um argumento orgânico. Mas o resultado final produz uma viragem na relação entre o mundo da economia e a sociedade – se antes separadas ou parcialmente integradas, nessa nova configuração estão em correlação direta e seu sentido de unidade é uma via de mão dupla cimentada pelo telos da nação. (CEPÊDA, 2010: 221).

Na situação de transição ou arranque, a profunda mudança ocasionada pela diversificação produtiva acompanhada das transformações no mundo do trabalho e no perfil e importância do mercado interno, alterou as bases do campo político, bem como o papel ou função das instituições. Um primeiro aspecto a ser destacado é a transformação da identidade das elites, somada a sua fragmentação, multiplicação e conflito. Desde a década de 1920, especialmente demonstrado na fundação da Federação das Indústrias do Estado de SP (FIESP) em 1928, os interesses da burguesia no país se cindia em projetos distintos e contraditórios, no balanço industrialização *versus* vocação primário-exportadora. O crescimento da atuação e relevância do segmento industrial (cidadino, baseado no trabalho assalariado urbano e dependente da dinâmica do mercado interno) promovia o confronto entre dois projetos de futuro para o país: um atrelado ao passado (manutenção da vocação agrária) e outro apontando para o futuro modernizador (passagem para a vocação industrial).

No entanto, o que ocorre nos anos de 1950/60 não é apenas o confronto entre dois projetos econômicos e políticos. Tracionam a estrutura econômica e sua interpretação intelectual os obstáculos oriundos do passado mercantil-exportador, bem como a luta política travada por seus representantes para sua permanência. Se até o início do século a economia agrário-exportadora era hegemônica porque absoluta (com raras, esparsas e frágeis exceções), em meados do século há um embate estrutural exatamente porque a hegemonia foi destruída e exige-se a formação de outro consenso. Este tema é profundamente analisado por Furtado, em um movimento progressivo de textos – do corolário de FEB, da PRB até TPDE. A análise centra-se na detecção dos obstáculos ao salto da industrialização, limitações herdadas, em parte do modelo exportador, mas acompanhada agora de outros elementos.

Se no momento anterior o problema central era a drenagem de riqueza resultante da condição reflexa e pela especialização geradora de déficits progressivos no circuito das trocas (exportação de bens primários e importação de manufaturados), na situação de industrialização travada os óbices eram de outra natureza. Tem peso determinante na frenagem ou destruição da brecha de “internalização da dinâmica”: investimento privado em setores de lucro fácil; agravamento dos gargalos estruturais de infraestrutura, capitais e indústria pesada; padrões de consumo de massa imitadores e inflacionários; importações gravosas; consumo suntuário das elites; debilitação do padrão monetário e da taxa de poupança interna/investimento. Estas características surgem, para Furtado, como resultado da condição de subdesenvolvimento (estruturas específicas da dinâmica exportadora e do processo histórico de formação da base industrial), da diferença temporal entre o salto dos países de capitalismo tardio e a vantagem das economias centrais, da estrutura social e política das sociedades retardatárias. Trata-se não do ciclo auto-reproduzido do subdesenvolvimento, mas dos *obstáculos ao desenvolvimento* (cf. FURTADO, 1967).

E exatamente por esta configuração, o momento da transição possibilita uma outra percepção da dimensão política para Furtado. A democracia, segundo Cepêda (1998), pouco espaço claro teve no debate sobre o desenvolvimentismo. No entanto ela era central na tese furtadiana – inclusive como *modus operandi* do desenvolvimento especificamente econômico. A subalternidade da democracia pode ser explicada pela filiação a um argumento clássico da teoria da modernização e do modelo de Rostow – mudanças econômicas geram por extensão modernização social, política e institucional. A perspectiva cepalina recusava formalmente esse pressuposto, mas implicitamente o campo desenvolvimentista parece ter se inclinado a esta explicação, mesmo

inconscientemente (CEPÊDA 2008). Furtado foi um dos poucos que colocou a democracia como condição (e não resultado) do planejamento do desenvolvimento. No entanto, ao dissolver o tema das classes em categorias genéricas (trabalhadores, nação) o arranjo político trabalhava no nacionalismo e não da competição (portanto longe da perspectiva democrática clássica – a representativa).

O problema de democracia além da política tem uma interface econômica forte. Przeworsky (1989) aponta que a democracia política permite aos trabalhadores defenderem seus interesses, proporcionando direitos via sistema político (WEFFORT 1992). Os fatores econômicos distribuídos no conjunto da sociedade também contribuem na consolidação do trabalhador enquanto cidadão e conformam projetos políticos que permeiam a ossatura e o contrato social que modelam a ação do Estado e implicam no futuro das nações. Weffort (1992: p.23) analisando o período do desenvolvimentismo brasileiro (1950-1970), afirma pensar o desenvolvimento inclui a existência de condições sociais mínimas. E estas condições mínimas foram imperativas em nos dois autores aqui analisados. A democracia é o elo entre Furtado e Echavarría, e constitui em sua esfera real a participação efetiva não apenas das classes dirigentes, mas principalmente da classe trabalhadora. Pensar a democracia não como um campo paralelo ao desenvolvimento, mas inclusivo, intrínseco, fundamental, sem o qual o desenvolvimento econômico não pode ocorrer.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento – entre a racionalidade e a democracia

Echavarría realizou uma interpretação teórico-metodológica do que consistia o subdesenvolvimento ao refletir sobre as teorias do desenvolvimento de matriz cepalina. Através da imersão deste pensador na instituição da Cepal, sua reflexão se voltou para uma sociologia do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (MARTÍN 2010). A dificuldade das investigações sobre o desenvolvimento, segundo apontamentos contidos em *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico* (1964), tratava-se da preponderância da teoria econômica nestas análises, o que não permitia compreender com exatidão a estratificação social, não possibilitava identificar a mobilidade social, ou seja, as estruturas sociais não eram examinadas a partir de uma sociologia, como ciência social concreta (CAAMAÑO 2004), que poderia identificar e *construir* uma tipologia social destes países subdesenvolvidos.

Países subdesenvolvidos, marcados pelo atraso e pela permanência de velhas estruturas, mas que também passaram por processos de modernização. Um arsenal teórico foi mobilizado e elaborado pelos cepalinos durante uma década na busca de compreender esta modernização, identificar entraves e propor *modelos* e estratégias ao planejamento. A presença de Echavarría entre os cepalinos na década de 1950 era de um intelectual com uma trajetória diversa (entre o direito, Filosofia e as ciências sociais), mas que estava radicado no campo da sociologia desde a década de 1940, no México e na Costa Rica (CAAMAÑO 2004, BLANCO 2010, MARTÍN 2012). Furtado relatou em *A fantasia organizada* (1985)¹⁰, a natureza do convite que ele, sob comando de Prebisch, fez à Echavarría para este ser um crítico de base sociológica na Cepal. E diante do presente convite, Echavarría por mais de duas décadas buscou elucidar os sustentáculos de uma tipologia social para os países subdesenvolvidos.

10 WOLFE (1982) também acentuou a função crítica de Echavarría junto à Cepal.

Echavarría em “El desarrollo y su filosofía” (1967 [1965])¹¹ considerou que o conceito de desenvolvimento deve ser pensado, na sua acepção econômica liberal presente na história dos países europeus, a partir de dois ingredientes fundamentais: o desenvolvimento se trata da aplicação do *excedente* para a *expansão* do próprio sistema. Um sistema econômico voltado aos seus próprios interesses, de expansão, permite constatar, segundo o autor, uma característica inerente ao capitalismo moderno, que é a formação do “sistema econômico puro”, aquele que é autônomo, possui suas próprias leis e submete a estrutura social aos imperativos econômicos – elementos expressos, segundo Echavarría (1967 [1965]), já em Marx e Schumpeter. O “sistema econômico puro” está em contraposição ao antigo “sistema econômico cultural integrado”, cuja atividade econômica era orientada por valores que satisfaziam a cultura. As sociedades industriais no século XX, para Echavarría, representavam em sua maioria o tipo ideal de “sistema econômico puro”, de domínio do econômico sobre os valores sociais. As sociedades industriais são representativas da expansão do “processo geral de racionalização”, afirma Echavarría (1967 [1965]), uma consequência do “processo civilizador” que conflui poder técnico e saber científico (GURRIERI 1980).

A racionalidade que Echavarría refere-se é a de elaboração weberiana, a racionalidade formal. Weber coloca o desenvolvimento como um impulso da ação econômica racional, ou seja, da racionalidade formal em oposição à racionalidade material, já que esta última está permeada por elementos éticos e políticos. Segundo Raud-Mattedi (2005), a racionalidade formal é a lógica do cálculo econômico, e a racionalidade material já inclui a esfera eletiva da atividade econômica, ou seja, dos valores ético-políticos que fundamentam as escolhas que agem sobre o desenvolvimento econômico. Gurrieri (1980), a partir de “Un perfil intelectual” sobre Echavarría, afirma que o conceito de desenvolvimento na periferia suprimiu o privilégio da racionalidade formal sobre a racionalidade material. O problema que as sociedades tradicionais subdesenvolvidas, com surtos de industrialização, colocaram para Echavarría, era a supremacia da racionalidade política (material) na consideração da expansão do desenvolvimento. A ação econômica não era orientada somente pela racionalidade formal, mas principalmente pela racionalidade política, cujos valores éticos e políticos quando não decididos a favor da liberdade e da democracia, acabam por entorpecer o desenvolvimento. A aplicação do *excedente* na simples *expansão* do sistema econômico, a maneira do liberalismo clássico, foi reposta pela necessidade de aplicação do excedente na transformação de uma estrutura social.

El desarrollo económico así concebido no es el resultado indirecto de la procura del beneficio particular por los agentes económicos racionales, sino – sólo o también – el producto programado de una acción racional político-económica orientada directamente a su logro (GURRIERI 1980: p. 90).

O desenvolvimento na periferia analisado por Echavarría, afirma Gurrieri (1982: p. 52), foi concebido como resultado da racionalidade política sobre a ação econômica, ou seja, o desenvolvimento não resulta do simples cálculo econômico da racionalidade

11. Echavarría publicou em 1967 *Filosofía, educación y desarrollo*, que é composto por três partes com artigos de diferentes épocas: primeira parte “La reflexión crítica” sobre filosofia e desenvolvimento, com dois textos de 1963 e 1965; segunda parte “Sobre los supuestos humanos” sobre educação, universidade e o desenvolvimento, com cinco textos de 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966; e a terceira parte “Teoría e investigación” sobre o planejamento, com dois textos de 1960 e 1963.

formal dos agentes. Pensar a história do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos como uma decisão consciente através do planejamento, para Echavarría, deveria considerar o privilégio da racionalidade material, permeada por valores éticos e políticos, uma racionalidade que pode ser equívoca, pois depende das afinidades eletivas da ação social, das escolhas, diferentemente da racionalidade formal. Assim o desenvolvimento do subdesenvolvimento deve ser investigado, sob esta premissa ético-política. O desenvolvimento não pode ser analisado então como simples resultado das “inversões econômicas”, mas sim das “inversões humanas” sobre o desenvolvimento, sobre a estrutura social dos países, o que dependia da ação política e das decisões dos grupos que implicavam em mudanças na estratificação social.

E o que mais debilitava o desenvolvimento na periferia, para Echavarría (1967 [1963]), do ponto de vista da racionalidade material? A dificuldade de a modernização impactar sobre as velhas estruturas agrárias, “la hacienda” de herança colonial, espaço ausente de qualquer elemento político-social de “tomada de consciência” por parte de uma classe dirigente. A modernização nos países latino-americanos coexistia com a velha estrutura social e econômica, o que era um impeditivo à participação política dos grupos ligados a estas velhas estruturas, como os trabalhadores rurais, o que tornou concomitante para o autor marginalidade campesina à modernidade urbana. Echavarría (1967 [1963]) afirmou em “Planteamiento de una investigación”:

Tal vez resulte, en efecto, que el referido estrangulamiento económico no sea sino un mero aspecto de un “estrangulamiento” social y cultural de mayores dimensiones. El estrangulamiento derivado de una deformación del proceso general de modernización – de racionalización, si se quiere – puesto en marcha por todos lados en América Latina como consecuencia de las condiciones objetivas de su estructura social. Tienta desde este instante, para ganar tiempo, aludir a la teoría, hoy en boga, del dualismo estructural. (ECHAVARRÍA 1967 [1963]: p. 311).

Echavarría debateu o tema do dualismo estrutural como uma teoria macrossociológica relevante na compreensão dos aspectos sociais do desenvolvimento econômico. Havia um estancamento na estrutura agrária, mas que admitia elementos de modernização em meio à permanência dos aspectos tradicionais. “La hipótesis que se formula en este trabajo es que la estructura “tradicional” ha sido relativamente permeable y que esa porosidad ha permitido absorber los elementos de “modernidad” que necesitaba sin quebrar por eso su estructura misma” (ECHAVARRÍA 1967 [1963]). Echavarría identificou, segundo Cardoso (1982), esta característica do impacto do desenvolvimento econômico na estrutura tradicional através da modernização – entenda-se modernização como racionalização a caminho das sociedades industriais –, que se trata do quanto permeável e capaz de absorver os impactos renovadores eram estas estruturas tradicionais.

A relação do dualismo estrutural em ambos os autores tem que ser aprofundada em suas múltiplas variáveis. Aponta-se a comparação entre um dualismo furtadiano que era entrave ao desenvolvimento – desenvolvimento econômico, social e político –, mas correspondia pela não assimilação da modernização por parte das antigas estruturas agrárias, das oligarquias (FURTADO 1959, 1962). A percepção sociológica de Echavarría analisou o dualismo cujas estruturas tradicionais absorviam a modernização,

não estavam em oposição, mas em complementariedade, principalmente nos pactos políticos em torno de alianças autoritárias, ou de dominação carismática, típicas do populismo latino-americano. Oliveira (2003 [1972]) em *Crítica à razão dualista* realizou uma crítica similar ao dualismo apresentando a estrutura agrária como uma estrutura porosa à modernização, mas no caso brasileiro, o que cabe posterior investigação. Interessava apreender o conceito de subdesenvolvimento em suas devidas elaborações por cada autor, demonstrando caminhos distintos para analisar as mesmas categorias, como o dualismo estrutural.

O dualismo estrutural, a marginalização da estratificação social, a mobilidade social com concentração de renda, as oligarquias e a presença das velhas estruturas, todos são elementos que foram reflexionados na esfera da política por Echavarría, sendo isto um importante elo com Furtado, o uso da democracia como condição para um planejamento do desenvolvimento. Aumento da riqueza com desenvolvimento industrial somente impacta a estrutura se produzir “inversões humanas e sociais” na estrutura social e de poder. Echavarría (1964, 1967 [1963], 1972 [1969]) compreende desenvolvimento somente dentro da fórmula democrática, com sistema de partidos, modelo representativo, eficácia nas decisões políticas com participação popular, ou seja, a ação política em um sistema pluralista democrático é o que podia realizar transformação social e nas estruturas do poder político.

A relação entre desenvolvimento econômico e aumento da riqueza, em Echavarría, conecta-se diretamente com a analogia existente entre aumento da riqueza e democracia ao pensarem o Estado Moderno capitalista. Echavarría, em *Considerações sociológicas...* (1964), reflete sobre a correlação entre o desenvolvimento econômico e as maiores probabilidades de democracia quanto maior for a riqueza produzida. Echavarría utilizou nesta concepção de democracia e desenvolvimento a sociologia política de Lipset (1967 [1959]), que encontra no Estado da democracia a relação com o desenvolvimento econômico e o aumento da riqueza. Alguns elementos são condicionantes, para Echavarría (1964), na construção da democracia como prática no poder político e realidade frente à estratificação social.

O problema da democracia nos países subdesenvolvidos, segundo o autor, estava na falta da sua legitimidade e da sua eficácia. Segundo Cardoso (1982), o conceito de democracia em Echavarría se remete a Tocqueville, pelo princípio radical da liberdade no sistema político. A participação popular e a legitimidade dos grupos frente às decisões políticas são os parâmetros fundamentais na garantia de uma democracia liberal. A forma para a sua garantia, segundo Echavarría (1964, 1972 [1970]), estava na existência de um sistema partidário pluralista, cujas elites políticas estivessem legitimadas pelos grupos políticos e econômicos, incluindo os trabalhadores. Alguns países subdesenvolvidos da América Latina realizavam desenvolvimento econômico – pensado como aumento da riqueza, e, conseqüentemente, uma diversificação no trabalho e no consumo –, mas excluía, por exemplo, as massas camponesas do direito a participação popular, sem serem legitimadas nas políticas econômicas e sociais (ECHAVARRÍA 1968¹²).

A democracia no planejamento cepalino, para Echavarría (1972 [1970]), até então constituía um fator utópico, e nunca foi colocado em uma dimensão prática, de

12. Texto intitulado “A situação rural da América Latina” que foi assinado por Echavarría na edição brasileira (1969) e corresponde ao segundo capítulo do documento da CEPAL “El desarrollo social de América Latina en la Posguerra”.

desenvolvimento político e social. Os países subdesenvolvidos foram colocados por Echavarría (1972 [1970]), em “Discurso sobre política y planeación”, como “sociedades em transição”, ou seja, sociedades tradicionais a caminho de serem sociedades industriais pois passavam por modernização. A necessidade política era que a metamorfose engendrada pelo processo de desenvolvimento pudesse ser realizada como uma “autêntica política de criação social”. O *desenvolvimentismo*, como ideologia de construção política e econômica do processo de modernização desses países latino-americanos (BIELSCHOWSKY 2004 [1988]), estavam passando pelo momento de uma “mobilização” em torno do desenvolvimento. Esta mobilização somente poderia ocorrer com um planejamento democrático que propusesse uma rápida transformação social, de modificação na estratificação social e de garantias dos direitos políticos, sociais e civis. O planejamento era a forma social de construir o destino das comunidades políticas e, para Echavarría (1972 [1970]), deveria conter como valor essencial, intrínseco a qualquer planejamento, a democracia. Um planejamento democrático somente em um regime representativo, para o autor (1972 [1969]), com um sistema partidário capaz de propor metas para o desenvolvimento econômico que fossem legítimas, de intensa participação popular.

Echavarría concluiu a respeito do planejamento:

El hecho decisivo lo constituye hoy la convicción común, expresada de distintas maneras por unos y otros lados, de que es imperioso superar las estrecheces de todo economicismo con el fin de insertar al “sistema económico” en el marco más amplio de un “sistema social” orientado por valores humanos permanentes, sean los tradicionales o los nuevos que corresponden a nuestra época. En este sentido no puede negarse que la aportación mayor del pensamiento y de la investigación sociológicos (...) ha consistido en su ampliación de la idea y la práctica del desarrollo al integrar su horizonte con dimensiones culturales de que antes carecía (ECHAVARRÍA 1972 [1971]: p. 226).

A simples “crença” que o aumento da riqueza e a aplicação do excedente poderiam alcançar a democracia e as inversões humanas não eram suficientes para o autor. Echavarría refletiu sobre um planejamento para a liberdade, partindo de uma afirmação jusnaturalista, segundo Gurrieri (1980), sobre a função do Estado e das decisões políticas na legitimação da liberdade. Um planejamento democrático que repensasse qual a sociedade e qual o tipo de homem que se desejava construir. E não poderia ser um planejamento cuja democracia fosse utópica, mas sim o valor fundamental na “criação social” pela política social e econômica.

Conclusão

Furtado e Echavarría são expressões da categorização social do subdesenvolvimento, e representam a mesma chave analítica na conceituação do processo de desenvolvimento nos países periféricos. Furtado realizou análise da *formação* material e econômica do capitalismo periférico, enquanto Echavarría analisou os aspectos simbólicos do subdesenvolvimento. Mas ambas as interpretações pertencem a um campo ampliado da conceituação do subdesenvolvimento, pois não se limitam à construção de uma teoria somente econômica, mas que transpassa para os aspectos

políticos e sociais da periferia. O subdesenvolvimento se refere a um tipo específico de homem político frente aos destinos de sociedades em mudança. Saber qual sociedade se deseja, e como a dimensão de destino passa pelo campo da política, é uma característica que marca este dois autores entre os outros cepalinos das duas primeiras décadas da instituição.

Propor uma comparação entre Furtado e Echavarría abre novas perspectivas de investigação, já que tal feito somente foi realizado de maneira genérica pelos pesquisadores (BIELSCHOWSKY 2004 [1988], RODRÍGUEZ 2009 [2006]). Analisar as formas de racionalidade na explicação do subdesenvolvimento pode contribuir na caracterização do processo de modernização que estes países subdesenvolvidos conheceram, e que estes autores depositaram tanta energia na mobilização destas ideias. Vale ainda investigar de maneira aprofundada a relação entre as instituições políticas necessárias à intensificação do desenvolvimentismo, considerando aqui a matriz multidisciplinar e plural deste conceito. Furtado e Echavarría deram respostas teórico-metodológicas a noções que somente poderiam ser pensadas em contextos de periferia, e cada um a sua maneira abordou de diferentes estratégias um mesmo conceito, entre o como ocorreu a formação do subdesenvolvimento, e o como aprofundar o processo de desenvolvimentismo. A democracia foi a condição em ambos os autores, que responderam aos processos de modernização autoritária e conservadora na América Latina. Analisar estes autores sob a luz de contextos históricos específicos pode contribuir na conceituação do subdesenvolvimento como também na história destes respectivos conceitos, apresentando os momentos de transformações e continuidades dos processos de modernização.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [1988].

_____. “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 9, n. 04, outubro-dezembro, p. 38-55, 1989.

_____. (org). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

BLANCO, A. “José Medina Echavarría y el proyecto de una sociología científica”. *Cuaderno de Ciencias Sociales*, FLACSO, Costa Rica, nº 153, 2010.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. “Método e paixão em Celso Furtado”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. e REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAAMAÑO, M. J. R. “José Medina Echavarría (1903-1977): La sociología como ciencia social concreta”. *Política y sociedad*. Vol. 41, nº 2, p. 11-29, 2004.

CARDOSO, F. H. “La persistencia democrática”. In: *Medina Echavarría y la sociología latinoamericana*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), 1982.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1970].

CEPÊDA, V. A. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado. Desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, 1998.

_____. O sentido da industrialização: políticas econômicas, mudança social e liberalismo na Primeira República In Revisão do pensamento conservador (org. FERREIRA, G.N.; BOTELHO, A.). São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Entre a economia e a política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. *Revista Sinais Sociais*, no 19. Rio de Janeiro: SESC Nacional, 2012.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ECHAVARRÍA, J. M. *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina*. Buenos Aires: Solar & Hachette, 1964.

_____. *Filosofía, educación y desarrollo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1967. Trata-se de um conjunto dos seguintes textos:

_____. *Discurso sobre política y planeación*. Cidade do México: Siglo XXI, 1972. Trata-se de um conjunto dos seguintes textos:

FALETTO, E. “Los temas de democracia y libertad en José Medina Echavarría. Vigencia y contextos”. In: *Medina Echavarría y la sociología latinoamericana*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), 1982.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. [1959]. 23ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1995 [1959].

_____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

GALBRAITH, J.K. *O novo estado industrial*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1967].

_____. *A Sociedade da Pobreza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

GURRIERI, A. “Un perfil intelectual”. In: MEDINA ECHAVARRÍA, J. *La obra de José Medina Echavarría. Selección y estudio preliminar por A. Gurrieri*. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), 1980.

_____. “La idea de racionalidad en el pensamiento de José Medina Echavarría”. In: *Medina Echavarría y la sociología latinoamericana*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), 1982.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005 [1994].

MALLORQUÍN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. 1ª ed. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia – Introdução à Sociologia do Conhecimento*. 3º ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1968 [1931].

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 9, nº. 4, pp. 29-37, 1989.

MARTÍN, J. J. M. “José Medina Echavarría y la sociología del desarrollo”. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*. FLACSO, Quito, p. 133-246, enero, 2010.

_____. *José Medina Echavarría: vida y sociología*. Tese de doutorado, Departamento de Sociología V (Teoría Sociológica), Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, 2012.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972 [1956].

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].

_____. “Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado” Cap. I. In: ARAÚJO, T. P. & MACAMBIRA, J. & VIANNA, S. T. W. (Orgs.) *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

POCOCK, J.A.G. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez e organização de S. Miceli. São Paulo: Edusp, 2003 [1995].

RAUD-MATTEDI, C. “A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, fevereiro, 2005.

- RIOS, J. A. “Historicismo (historismo)”. In: *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 [2006].
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SACHS, I. “Um projeto para o Brasil: a construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. (Orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- SCHOLTZ, G. “O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX”. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 6, p. 42-63, março, 2011.
- SIMONSEN, R. C. *As crises no Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.
- _____. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.
- SKINNER, Q. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. *Prismas – Revista de historia intelectual*, nº 4, p. 149-191, 2001.
- SOARES, G. A. D. “O novo Estado na América Latina”. *Estudos Cebrap*, nº 13, p. 56-77, São Paulo, 1975.
- SUNKEL, O. & PAZ, P. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.
- TILLY, C. *Coerção, capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- VIEIRA, R. M. *Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: EDUC, 2007.
- WOLFE, M. “Reflexión crítica sobre desarrollo, racionalidad y planificación”. In: *Medina Echavarría y la sociología latinoamericana*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), 1982.